

O NOVO MICROSSISTEMA LEGISLATIVO DAS LIMINARES CONTRA O PODER PÚBLICO

LUIZ FUX

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A expressão liminar significa, quanto à decisão judicial, provimento deferido no limiar do processo, em cognição sumária formal ou substancial; vale dizer: o juiz concede a liminar com base em juízo de mera probabilidade, reforçado, posteriormente, por novos elementos, ou defere a medida sumariamente, com base em prova inequívoca insuscetível de qualquer complementação.¹

Deveras, a liminar, conferível no limiar do processo, pode sê-lo no afã de preservar a utilidade prática do processo principal, quando circunstâncias indiciam que o mesmo pode frustrar-se, como v.g. ocorre quanto à medida cautelar de arresto que preserva a utilidade de futura execução², como também pode ter como escopo satisfazer antecipadamente as partes, concedendo-lhes providência prática que somente obteriam no final do processo de execução, acaso procedente o pedido. Nesse último caso, a tutela é satisfativa³ a tal ponto que se afirma

¹ A esses provimentos referia-se Proto Pisani, In "Appunti sulla Tutela Sommatoria" in I processi Speciali; Studi Offerti a Virgilio Andrioli dai suoi allievi, cit, pp. 309 e segs., como postulados do princípio da Efetividade. Na doutrina nacional, José Carlos Barbosa Moreira, Temas de Direito processual Civil, Terceira Série, 1984, In "Notas sobre o problema da efetividade do processo."

Carnellutti de há muito denunciara a luta que o juiz travava contra o tempo no processo (Diritto e Processo, p. 354), superada em parte pelos provimentos liminares.

² A figura cautelar em exame era conhecida no velho direito lusitano com "embargo", in Pontes de Miranda, História e Prática do Arresto ou Embargo, 1929, p. 27. Na sua origem mais remota aponta-se o arresto como instrumento de criação do direito italiano medieval recepcionado pelo direito alemão por ocasião da fusão que resultou no denominado "direito comum". A sua natureza cautelar, hoje indiscutível, parece não ter sido limpidamente concebida em épocas pretéritas, como nos informa Allorio, na Rivista di Diritto Processuale Civile. p. 28, 1936.

³ A distinção entre satisfatividade e cautelareidade é recente, haja vista que na obra clássica de Calamandrei, Introducción al Estudio Sistemático de las Providencias Cautelares, Buenos Aires, EBA, 1945, os grupos elencados pelo mestre peninsular fundiam figuras hoje entrevistas como heterogêneas. Uma moderna distinção encontra-se em Giovanni Arieta, in I Provvedimenti d. urgenza.

Em nosso Curso de Direito Processual Civil, Luiz Fux, Forense, 2001, denominamos de tutela de segurança a tutela satisfativa e tutela cautelar tout court aquela destinada à defesa do processo.

em sede doutrinária que "a tutela antecipada começa por onde termina o processo de execução".⁴

No que pertine à Fazenda Pública, gestora do dinheiro de toda a coletividade, arrecadado, de regra, através dos tributos, e submetida a um prévio orçamento e às responsabilidades fiscais inexistentes no âmbito privado, algumas liminares, notadamente as que encerram entrega de soma, arrastam a potencialidade de surpreender o erário.⁵

Por essas e por outras razões, ao longo do tempo, foram surgindo limitações à atividade jurisdicional quanto à possibilidade de concessão de liminares contra o Poder Público, previstas na legislação infra-constitucional e que, encontradiças na legislação esparsa, restaram por criar um microsistema acerca do tema in foco.

Destarte, nessa evolução de proteção ao erário é possível observar-se um aprimoramento do sistema num movimento "para a frente e para trás" de sorte que novas leis têm surgido em relação às liminares em ações outras que não no mandado de segurança, mas com regulação extensível ao writ, também.

Conseqüentemente, forçoso é concluir que se criou um verdadeiro microsistema regulador das liminares concessíveis contra o Poder Público.

⁴ A lei utiliza-se de forma promíscua do vocábulo "execução", em vez de efetivação. É que o sistema exige sentença condenatória para execução e a tutela antecipada liminar encerra a figura de uma inturlocutória. É verdade que parte da doutrina sustenta a possibilidade de sentenças liminares e execução para segurança, como, v.g., Pontes de Miranda e Ovídio Baptista. Entretanto, o sistema da lei é de categorizar essas decisões, conforme determinem ou não a extinção do processo, e o novel diploma é claro ao estatuir que a tutela antecipada não encerra a relação processual. Ademais, seria de todo insustentável submeter o beneficiário da tutela antecipada aos rigores das formas da execução, por isso que a efetivação da antecipação realiza-se sob o signo da mandamentalidade. Melhor é a expressão da doutrina italiana, que prefere a "provvedimenti d'urgenza" (Tommaso / Provvedimenti d'Urgenza, cit., p. 331, e Arieta, / Provvedimenti d'Urgenza, cit., p. 332).

⁵ De há muito desmistificou-se a perplexidade sobre a possibilidade de tutela antecipada de entrega de soma em face da possível irreversibilidade prática do provimento. Nesse sentido consultem-se as obras de Teori Zavaski, Antecipação de Tutela, São Paulo, Saraiva, 1977, e Luiz Guilherme Marinoni, Antecipação de Tutela, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1996, onde ambos os autores citam exemplos notáveis de tutela antecipatória envolvendo a entrega de quantia certa.

No cenário legal, destaca-se, em primeiro lugar, a Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, que no seu art. 5º dispõe :

Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando a reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou a concessão de aumento ou extensão de vantagens.

Sem prejuízo, ainda que sobre essa matéria não verse a liminar, porquanto vedada pela impossibilidade jurídica do pedido, outras infringentes de interesses maiores podem ter o seu cumprimento obstado.

Não é por outra razão que o mesmo diploma assenta:

Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, o presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso (Vetado) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato.⁶

Consoante a dicção legal (art. 4), formulado o pedido, de duas uma: ou o Presidente do Tribunal competente defere a suspensão ou a rejeita.

Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o caput, o que a fortiori implica o deferimento, caberá novo pedido de suspensão, agora ao presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.⁷

Essa suspensão de segurança que outrora se baseava apenas na grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, hoje

⁶ Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

Art. 4º - Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, o presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso (Vetado) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato.

⁷ § 1º do art. 4 supra: verbis:

Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o "caput", caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário".



vê-se dilargada pela aplicação integrativa das disposições dos §§ 5º a 8º do art. 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, por força mesmo do parágrafo segundo da Lei ora destacada 4.348/64 introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.⁸

A preocupação originariamente destacada quanto à organização das finanças públicas justifica a regra de que "Os mandados de segurança a que se refere este artigo serão executados depois de transitada em julgado a respectiva sentença" (parágrafo único do art. 5º da Lei 4.348/64).

Posteriormente a esse diploma legal e com o mesmo desígnio legal, exsurgiu a Lei nº 7.969, de 22 de dezembro de 1989, que, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, determinou no seu art. 1º a aplicação às medidas cautelares previstas nos arts. 796 a 810 do Código de Processo Civil, o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964. Em consequência, a execução das medidas cautelares concedidas quanto às

⁸ Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. O Presidente da República:

Art. 4º - Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 2º O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas.

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 32 resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 5º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§ 6º A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§ 7º O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 8º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

§ 9º A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

(§§ 2º a 9º com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)



matérias do art. 5º da Lei 4.348/64 restaram por depender do trânsito em julgado do decisum.⁹

Desta sorte o regime jurídico das liminares satisfativas oriundas dos mandados de segurança e os provimentos cautelares, passaram a seguir o mesmo tratamento do writ, posto ambas espécies do gênero "tutela de urgência".¹⁰

Assim, da mesma forma como não se podia conceder mandado de segurança nas hipóteses mencionadas, a vedação passou a alcançar as medidas cautelares. Outrossim, as liminares cautelares passaram a ser submetidas ao regime da suspensão do provimento, tal e qual a suspensão da segurança.

Insta acrescentar que com a reforma do Código de Processo Civil exsurgiu no cenário nacional, em função da notória morosidade judicial decorrente do cumprimento de inúmeras liturgias processuais e por influência do direito italiano, através de seus cognominados provvedimenti d'urgenza, a denominada "antecipação de tutela"¹¹ generalizando a possibilidade de concessão de liminares, carreando severas

⁹ Lei nº 7.969, de 22 de dezembro de 1989

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 118, de 1989, que o Congresso Nacional aprovou, e eu Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Aplica-se às medidas cautelares previstas nos arts. 796 a 810 do Código de Processo Civil, o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

¹⁰ Consoante tivemos oportunidade de ressaltar, In Curso, cit., Luiz Fux, pág. 1.235, "nem toda situação de urgência é cautelar". Aliás, somente o periculum in mora aproxima as tutelas cautelares das antecipatórias-satisfativas.

Para uma distinção nítida e estreme de dúvidas, consulte-se o Curso de Processo Civil, vol. III, do professor Ovídio Baptista da Silva.

¹¹ O dispositivo matriz, como se sabe, é o postulado máximo do princípio da efetividade do processo, retratado inúmeras vezes no corpo da tese. A esse respeito, referiu-se Andrea Proto Pisani em "Appunti sulla Tutela Sommatoria", in I Processi Speciali; Studi Offerti a Virgilio Andrioli daí suoi Allievi, cit., pp. 309 e segs. Na doutrina nacional, José Carlos Barbosa Moreira, Temas, cit. Aliás, é antiquíssima a denúncia de Carnelutti quanto à conspiração do tempo em detrimento de um processo justo. Segundo o insuperável mestre peninsular, sob o ângulo temporal, trava o juiz uma "lotta senza posa" (Diritto e Processo, cit., p. 354). Mais recentemente, na obra constantemente destacada, Cappelletti, Acesso à Justiça, cit.

O dispositivo matriz desse poder do juiz é o art. 273, com a nova redação que lhe emprestou a Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, assim enunciado: "o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar total ou parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e...".

preocupações para o Estado que, então, fez editar a lei a Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.¹²

Deveras, perplexo com medidas que abalavam a sua organização econômico-financeira, através da citada lei, o erário, em seu art. 1º, via interpretação autêntica, tornou claro que, apesar do *nomen juris* diverso (tutela antecipada) diga-se de passagem sinônimo de liminar

¹² Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992. O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º - Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º - Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação.

§ 4º - Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado.

§ 5º - Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(§§ 4º e 5º introduzidos pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 2º - No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas.

Art. 3º - O recurso voluntário ou "ex officio", interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.

Art. 4º - Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º - Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 2º - O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas.

§ 3º - Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º - Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 5º - É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§ 6º - A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§ 7º - O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 8º - As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

§ 9º - A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

(§§ 2º a 9º com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



de cunho satisfativo não cautelar, esclareceu cogentemente "não ser cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não pudesse ser concedida em ações de mandado de segurança."

Desta sorte as liminares, cautelares, mandamentais e as previstas no novel instituto da antecipação de tutela inaugurada pelo art. 273 do CPC,¹³ passaram a se submeter às mesmas vedações.

Explicitando os seus cânones o § 1º do citado diploma assim dispôs:

"Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal".

A finalidade foi exatamente evitar que o deslocamento da competência em razão da falta de previsão de foro privilegiado para as cautelares e tutela antecipada, permitisse aos juizes concederem a antecipação vedada para os mandados de segurança. A norma, como não poderia deixar de ser, ressaltou os ritos em que a liminar é da essência

¹³ Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973

Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

§ 1º - Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

§ 2º - Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

§ 3º - A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.

(§ 3º com redação dada pela Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.)

§ 4º - A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º - Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.

§ 6º - A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

§ 7º - Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

(§§ 6º e 7º introduzidos pela Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.)



dos mesmos e sempre a favor do interesse público. Por isso que, no § 2º, destacou que "o disposto no parágrafo anterior não se aplicava aos processos de ação popular e de ação civil pública."

Entretanto, algumas outras exegeses autênticas foram engendradas para evitar a inutilidade do processo após os enérgicos efeitos de toda e qualquer liminar.

Assim é que no § 3º encartou-se norma proibitiva, no sentido de "não ser cabível medida liminar que esgotasse no todo ou em parte, o objeto da ação". A hipótese é o esvaziamento da ação principal, cautelar ou satisfativa, contra o poder público, extirpando o interesse de agir em prosseguir no processo por força de provimento satisfativo irreversível.¹⁴

A vedação, como é possível se entrever evidente, pode frustrar o dever de prestar jurisdição, consagrado constitucionalmente, por isso que a regra deve ser interpretada *cum granu salis*, posto, apesar de considerada constitucional pelo STF, restou recomendada a sua exegese à luz da valoração de interesses em jogo em cada caso, notadamente os direitos fundamentais, como tem ocorrido nas liminares de proteção imediata à vida e à saúde do povo.

Normas procedimentais de prudência para com a administração foram inseridas como a do § 4º do mesmo dispositivo, ao dispor que: "nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado."

¹⁴ O legislador não se desgarrou da técnica cautelar, cuja decisão, provisória por excelência, deve ser sempre reversível, e adotou-a em sede de tutela antecipada do direito material. É de sabença que em alguns casos os efeitos fáticos são irreversíveis, porque essa irreversibilidade não pertence ao plano normativo, consoante anteriormente expusemos. Ademais, a doutrina sempre reconheceu a possibilidade de decisões antecipadas irreversíveis com possibilidade de reparação pelo beneficiário da medida caso revogada posteriormente. Ultimamente tem sido essa a tendência, consoante os exemplos da lei de locações, com o despejo liminar irreversível e as liminares do Código de Defesa do Consumidor. Quanto a essa possibilidade de irreversibilidade, leciona Giovani Verde em *La Tutela dVrgenza*, cit, p. 93, e, no mesmo sentido, Ovídio Baptista, *Curso*, cit, vol. 3, p. 53.

Outrossim, conspirando em prol da *ratio essendi* do microsistema pela proteção que merece o erário, o § 5º do citado dispositivo determinou "o não cabimento da medida liminar, pelo Judiciário, em qualquer grau, que implicasse o deferimento da compensação de créditos tributários ou previdenciários" mediante a introdução pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Atendendo aos novéis institutos de defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, previu o art. 2º da Lei 8.437/92 que: "no mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que devera se pronunciar no prazo de setenta e duas horas" (art. 2).

Não obstante, na mesma linha do que já previra a Lei 4.348/64, impediu a execução imediata das decisões cautelares ou satisfativas antecipatórias contra o Poder Público, por isso que o art. 3º restou textual ao dispor: "o recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo".

Nessa hipótese, mantendo a sistemática em vigor, consoante o art. 49: "passou a competir ao presidente do Tribunal, ao qual coubesse o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da Pessoa Jurídica de Direito Público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

Forçoso concluir, assim, que às hipóteses de suspensão de provimentos urgentes pelos presidentes dos Tribunais competentes

adicionou-se mais um caso, a saber: "a flagrante ilegitimidade da decisão."

Essa suspensão das liminares contra o poder público estendeu-se ao Mandado de Segurança e por força do § 1º, do art. 4º, da Lei 8.437 "à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado."

Visando conferir extrema legitimidade à suspensão o § 2º autorizou, não impôs, "que o Presidente do Tribunal pudesse ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas."

Dessa sua decisão de suspensão ou de negativa de suspensão, segundo a lei, cabe agravo, no prazo de cinco dias, que deve ser levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição, conforme dispõe o parágrafo 3º do citado dispositivo.

O julgamento desse agravo, comumente denominado de agravo interno ou regimental¹⁵, pode resultar na manutenção ou no restabelecimento da decisão que se pretende suspender, cabendo novo pedido de suspensão ao presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

Isto significa que, na instância local, o pedido de suspensão dirigido ao seu presidente pode sofrer agravo e dessa decisão ou da decisão caberá novo pedido de suspensão ao STJ ou ao STF conforme o recurso cabível, se especial ou extraordinário.

¹⁵ Sobre a variedade das espécies de agravo no direito brasileiro, consulte-se, por todos, Barbosa Moreira, In Comentários ao Código de Processo Civil, Ed. Forense.

A pretensão do agravo da denegação terá evidentemente efeito ativo¹⁶, ao passo que o dirigido contra a concessão encerrará efeito de cassação.

Destarte, sem prejuízo da interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes, aquele não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este dispositivo (parágrafo 6º).

Uma grande inovação, além daquela da flagrante ilegalidade e que se justifica plenamente, na medida em que os relatores podem fazê-lo e a fortiori o presidente que analisa a suspensão, é que ele, "o Presidente do Tribunal", pode conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

Sob esse ângulo mister conclamar a atenção sobre a amplitude dos casos que hoje admitem a suspensão de segurança a saber: a) lesão à ordem, à saúde, à segurança, à economia pública; b) a flagrante ilegitimidade da decisão; c) plausibilidade do direito invocado ou a urgência e que compõem a questão de fundo do litígio.

A Conexão¹⁷ entre liminares é deveras preocupante, porquanto o jurisdicionado fica atônito sobre qual provimento urgente deve atender. A lei, então, em boa hora passou a permitir a "cassação em bloco" das

¹⁶ As recentes alterações no regime jurídico do agravo permitiram ao relator do recurso conferir-lhe efeito ativo, que não é senão antecipação de tutela recursal, consoante pretendemos demonstrar In Curso, Luiz Fux, pág. 1.260.

Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Art. 527 - Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator:

(Art. 527, "caput", com redação dada pela Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001.)

III - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão.

¹⁷ É da lavra do insigne Barbosa Moreira a tese com que conquistou a cátedra de processo civil na faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob o título "A Conexão de Causas como Pressuposto da Reconvenção", onde sustenta essas modalidades de conexão espalhadas pelos dispositivos legais (ob. cit., p. 130).



decisões inconciliáveis. Desta sorte, admite o § 8º do artigo sub examine que "as liminares cujo objeto sejam idênticos poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original".

Atendendo à idéia original, porquanto após o trânsito em julgado a Fazenda organizará o seu orçamento, "a suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigora até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal", conforme a redação do § 9º com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Sem prejuízo dessa regulação que se revelava suficiente e ante o advento de modificações nos requisitos da antecipação de tutela e da sua efetivação, a Lei nº 9.494/97, quanto aos provimentos de urgência, mandamentais por excelência, veio explicitar em interpretação normativa autêntica que as liminares em ação de cognição exauriente, como v.g.: as ações ordinárias contra o Poder Público, também se subsumiam ao regime das prerrogativas fazendárias das Leis nº 4.348/64 e 8.437/92.

Nesse sentido é a redação do art. 1º da Lei nº 9.494/97:¹⁸

¹⁸ Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.570-5, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

Art. 1º-A. - Estão dispensadas de depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais.

(Art. 1º-A - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-B. - O prazo a que se refere o "caput" do art. 730 do Código de Processo Civil passa a ser de trinta dias.

(Art. 1º-B - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-C. - Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

(Art. 1º-C - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-D. - Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.

(Art. 1º-D - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)



Art. 1º - Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

A essa altura das especulações presentes, resta inequívoca que a conjugação de todos esses diplomas erigiu um novel microsistema legal quanto às liminares e decisões mandamentais em face do Poder Público.

Destarte, impedindo nas matérias mencionadas, a concessão de liminares, porquanto a tutela antecipada pressupõe mandamentabilidade e auto-executoriedade¹⁹ imediata, o legislador no art. 2º-B deste novo diploma legal dispõe que:

Art. 1º-E. - São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.

(Art. 1º-E - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-F - Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

(Art. 1º-F - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 2º - O art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada 'erga omnes', nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova."

Art. 2º-A. A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da proposição da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Parágrafo único. Nas ações coletivas propostas contra entidades da Administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembleia da entidade associativa que a autorizou, acompanhada da relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços.

(Art. 2º-A - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 2º-B - A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.

Parágrafo único. A sentença proferida em ação cautelar só poderá ter caráter satisfativo quando transitada em julgado a sentença proferida na ação principal.

(Art. 2º-B - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 3º - Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.570-4 de 22 de julho de 1997.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

¹⁹ A mandamentabilidade é da essência dos provimentos urgentes. Ressaltamos quanto à antecipação de tutela, e, portanto, quanto às liminares, nas notas 78 e 79, pág 69 do Curso, cit, Luiz Fux, que:

Art. 2º-B. - A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. (NR) (Artigo incluído pela Medida Provisória nº 2.180-35. de 24.8.2001)

Pressupondo o trânsito em julgado para efetivar esses comandos, resta indubitosa a impossibilidade jurídica do pedido de concessão de liminar ou decisão mandamental de execução incontinenti, cujo objeto seja: "a liberação de recurso, compensação ou restituição de crédito tributário, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações."

A mesma proibição de satisfatividade imediata empresta-se às denominadas "ações cautelares" que veiculem pretensões de realização de direitos, incompatíveis com o cunho acautelatório do processo que leva esse nomen jûris.

“78 Aplicável à tutela antecipatória pela sua modernidade constante e porque lavrado tendo em vista os mesmos pressupostos da atual tutela antecipada, o memorável ensinamento de Liebman no estudo "L'Unità dei Procedimento Cautelare", Rivista di Diritto Processuale, 1954, cit, p. 248: "La fasi è i momenti in cui l'organo conosce e quelli in cui eseguisce si seguono, senza soluzione di conti-nuità, in un único procedimento, che è perci, almeno nella generalità dei casi, un procedimento misto di cognizione e d'esecuzione. Il procedimento è único e indivisibile, perche único e indivisibile è l'interesse ad agire", e vice-versa. Em obra recente, Marinoni concluiu pela executividade intrínseca dos provimentos de urgência, capazes de produzir efeitos imediatos ("Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória ", Revista dos Tribunais, 1992, p. 130). Assim também se pronuncia a doutrina italiana moderna acerca do tema, como se observa em Tommaseo, I Provvedimenti d'Urgenza, cit., p. 330.

79 É importante anotar que aqui e alhures discute-se com grande receptividade a adoção das contempt of court como meio moralizador no cumprimento das decisões judiciais. Impõe-se solidificar a versão de que no plano extrajudicial a negação ao direito atinge a parte e só a ela. Entretanto, após o desfecho judicial, o descumprimento é ao decidido pelo Estado, e a resistência às decisões judiciais, inclusive às antecipatórias lavradas diante de um estado de periclitção, revelam flagrante atentado à dignidade da justiça. Ademais, a possibilidade de descumprimento da tutela antecipada torna letra morta o instrumento em prestígio à recalcitrância do vencido. No direito estrangeiro coaduna-se com o rigor ora proposto a doutrina de Aldo Frignani em conhecido trabalho intitulado *Unjunction nella Common Law e l'inibitoria nel Diritto Italiano*, 1974. No direito brasileiro, Ovídio Baptista, Curso, cit, vol. 2, p. 256, e recentemente Marinoni, pp. 133-137."

À luz desse microsistema pode-se concluir:

1) O art. 5º da Lei 4.348/64 veda a concessão de medida liminar de mandados de segurança impetrados visando a reclassificação ou equiparação de servidores públicos, a concessão de aumento ou extensão de vantagens, a liberação de recursos e a compensação e restituição de créditos tributários.

2) As decisões finais sobre as matérias acima (art. 5º, parágrafo único, da Lei 4.348/64) somente podem ser executadas depois de transitadas em julgado.

3) Essas limitações aplicam-se às sentenças finais que tenham por objeto as matérias acima e a *fortiori* às liminares cautelares e às liminares satisfativas.

4) Às vedações de outrora foram adicionadas proibições que impliquem em deferimento liminar de compensação de créditos tributários ou previdenciários (§ 5º, do art. 1º, da Lei nº 8.432/92).

5) A regra geral é a de que a liminar não esgote o objeto da ação, obstáculo que se supera na valoração dos interesses em jogo devendo preponderarem os direitos fundamentais da pessoa humana e o intransponível direito de acesso à justiça;

6) Os provimentos de urgência, em geral, admitem a suspensão da execução pelo presidente do Tribunal competente para conhecer do recurso correspondente cabível, por isso que, em regra, o presidente do Tribunal de Revisão da decisão é o competente para a suspensão. Consequentemente, da decisão do juiz de primeiro grau cabe ao presidente suspender a liminar, sem prejuízo do cabimento do recurso cabível.

A fortiori, a liminar concedida pelo Tribunal local estadual ou federal é passível de pedido de suspensão junto ao STJ ou STF, consoante os fundamentos do pedido.

7) A novel redação do art. 4º e seu parágrafo 7, da Lei 8.437/92, no contexto do microssistema da proteção da Fazenda Pública em face das liminares cautelares ou satisfativas proferidas em Mandado de Segurança, nas ações cautelares ou nas de conhecimento em geral, ampliou os casos de cabimento de suspensão das tutelas de urgência, para abarcar a suspensividade ou a concessão de efeito ativo; quando a decisão (art. 4º):

a) afronta manifesto interesse público;

b) encerra flagrante ilegalidade, como v.g.: quando contra lei ou concedida por órgão absolutamente incompetente;

c) Pode causar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

d) Há plausibilidade do direito invocado ou situação de urgência.

8) As sentenças mandamentais contra o Poder Público, ainda não transitadas em julgado, também podem ser passíveis de suspensão de execução nos mesmos moldes das liminares (§ 1º, do art 4º da Lei nº 8.437/92).

9) As liminares passíveis de suspensividade não inibem a interposição de agravo de instrumento, cujo resultado do julgamento anterior à suspensão pode ter efeito prejudicial acaso esvazie o interesse de agir na provocação à Presidência do Tribunal competente (§ 6º do art 4 da Lei 8.437/92).

De toda sorte, o resultado do pedido de suspensão prevalece sobre a decisão de agravo, na exegese do referido dispositivo.

10) A decisão de 2ª instância pelos seus órgãos próprios, nos agravos interpostos contra as liminares apreciadas pelo presidente dos Tribunais locais, são passíveis de apreciação pelo presidente do STJ ou do STF, conforme a natureza da matéria decidida (constitucional - ou infraconstitucional), os quais poderão, no exercício de suas competências, cassar ou conceder a liminar (§ 4º e 5º c/c art. 4º da Lei 8437/92).

11) A decisão de suspensão do presidente do Tribunal que por último apreciou a liminar ou a do recurso interposto e julgado, prevalecerá até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal (§ 9º do art. 4º, da Lei nº 8.437/92).

12) O presidente do Tribunal também poderá conceder efeito ativo liminar ao pedido, diante da não concessão do provimento (§ 7º, do art. 4º, da Lei 8.437/92).

13) Em todos os casos, as novas regras desse microsistema de proteção do Poder Público devem ceder nas hipóteses em que haja tensão entre valores fundamentais, ab-rogando-se as proibições à luz do princípio da proporcionalidade e das cláusulas pétreas constitucionais.

Legislação Aplicável

Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964

Art. 4º - Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, o presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso (Vetado) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato.

§ 1º Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o "caput", caberá novo pedido de suspensão ao presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 2º Aplicam-se à suspensão de segurança de que trata esta Lei, as disposições dos §§ 5º a 8º do art. 42 da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

(§§ 1º e 2º introduzidos pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 5º - Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando a reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

Parágrafo único. Os mandados de segurança a que se refere este artigo serão executados depois de transitada em julgado a respectiva sentença.

Lei nº 7.969, de 22 de dezembro de 1989

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 118, de 1989, que o Congresso Nacional aprovou, e eu Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Aplica-se às medidas cautelares previstas nos arts. 796 a 810 do Código de Processo Civil, o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de dezembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

Nelson Carneiro

Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º - Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º - Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação.

§ 4º - Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado.

§ 5º - Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(§§ 4º e 5º introduzidos pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 2º - No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas.

Art. 3º - O recurso voluntário ou "ex officio", interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.

Art. 4º - Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

.....

§ 1º - Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 2º - O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas.

§ 3º - Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4º - Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 5º - É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§ 6º - A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo

§ 7º - O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 8º - As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

§ 9º - A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

(§§ 2º a 9º com redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

Fernando Collor

Célio Borja Marcílio

Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.570-5, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, António Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

Art. 1º-A. - Estão dispensadas de depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais.

(Art. 1º-A - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-B. - O prazo a que se refere o "caput" do art. 730 do Código de Processo Civil passa a ser de trinta dias.

(Art. 1º-B - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-C. - Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

(Art. 1º-C - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-D. - Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas.

(Art. 1º-D - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-E. - São passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor.

(Art. 1º-E - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 1º-F. - Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano.

(Art. 1º-F - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. - A sentença civil fará coisa julgada '*erga omnes*', nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova."

Art. 2º-A. - A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que



tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Parágrafo único. Nas ações coletivas propostas contra entidades da Administração direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembléia da entidade associativa que a autorizou, acompanhada da relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços.

(Art. 2º-A. - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 2º-B. - A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.

Parágrafo único. A sentença proferida em ação cautelar só poderá ter caráter satisfativo quando transitada em julgado a sentença proferida na ação principal.

(Art. 2º-B. - introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.)

Art. 3º - Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.570-4 de 22 de julho de 1997.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Congresso Nacional, em 10 de setembro de 1997.

176º da Independência e 109º da República Senador Antônio Carlos Magalhães Presidente do Congresso Nacional